

# Economia crescerá, no mínimo, 4,5% ao ano até 1990

Como estará o Brasil daqui a cinco anos? O órgão com a maior tradição em planejamento — o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) — acredita que, na pior das hipóteses, o país voltará a crescer à taxa média de 4,5% ao ano, no período entre 85 e 1990. Numa hipótese mais otimista, a taxa média de crescimento da economia voltará aos níveis históricos — 7% ao ano, naquele período.

As hipóteses constam do documento "Cenários para a Economia Brasileira", elaborado pelo departamento de planejamento do BNDES, para o período de 84 a 1990. Nele, os técnicos do banco se baseiam em duas alternativas de política econômica para o próximo Governo, projetando os resultados no desempenho dos principais indicadores econômicos.

Na primeira alternativa — a de manutenção de uma política restritiva, para ajustar a economia interna às necessidades de pagamento das contas externas do país — o documento chega à conclusão de que não haverá grandes progressos no desenvolvimento social nos próximos cinco anos.

Nessa alternativa, o crescimento do PIB (Produto Interno Bruto) não vai ser suficiente para ampliar a oferta de emprego necessário para absorver a mão-de-obra que migra para os principais mercados de trabalho nas grandes cidades. Com isso, haverá crescimento do trabalho informal (biscates, emprego sem vínculo empregatício, etc.), que passará a abrigar 26 milhões de pessoas, contra as atuais 24 milhões.

Já na política voltada para incentivar a retomada do crescimento econômico — outra alternativa no documento do BNDES — o crescimento médio de 7% ao ano do PIB será suficiente para absorver o crescimento vegetativo da população e para absorver parte do desemprego e subemprego gerados no período da recessão

## Uma política de ajustes

Para elaborar a hipótese da política de ajuste, os técnicos do BNDES levaram em consideração que a renegociação da dívida externa brasileira continuaria a ser feita nos moldes atuais — renegociação o pagamento das amortizações e dos juros a cada ano — e a política econômica interna permaneceria condicionada aos acordos com organismos internacionais de crédito. Assim, não haveria muita mudança nas restrições que a atual política impõe à expansão monetária e de crédito, ao investimento público e ao crescimento real (acima da inflação) do salário.

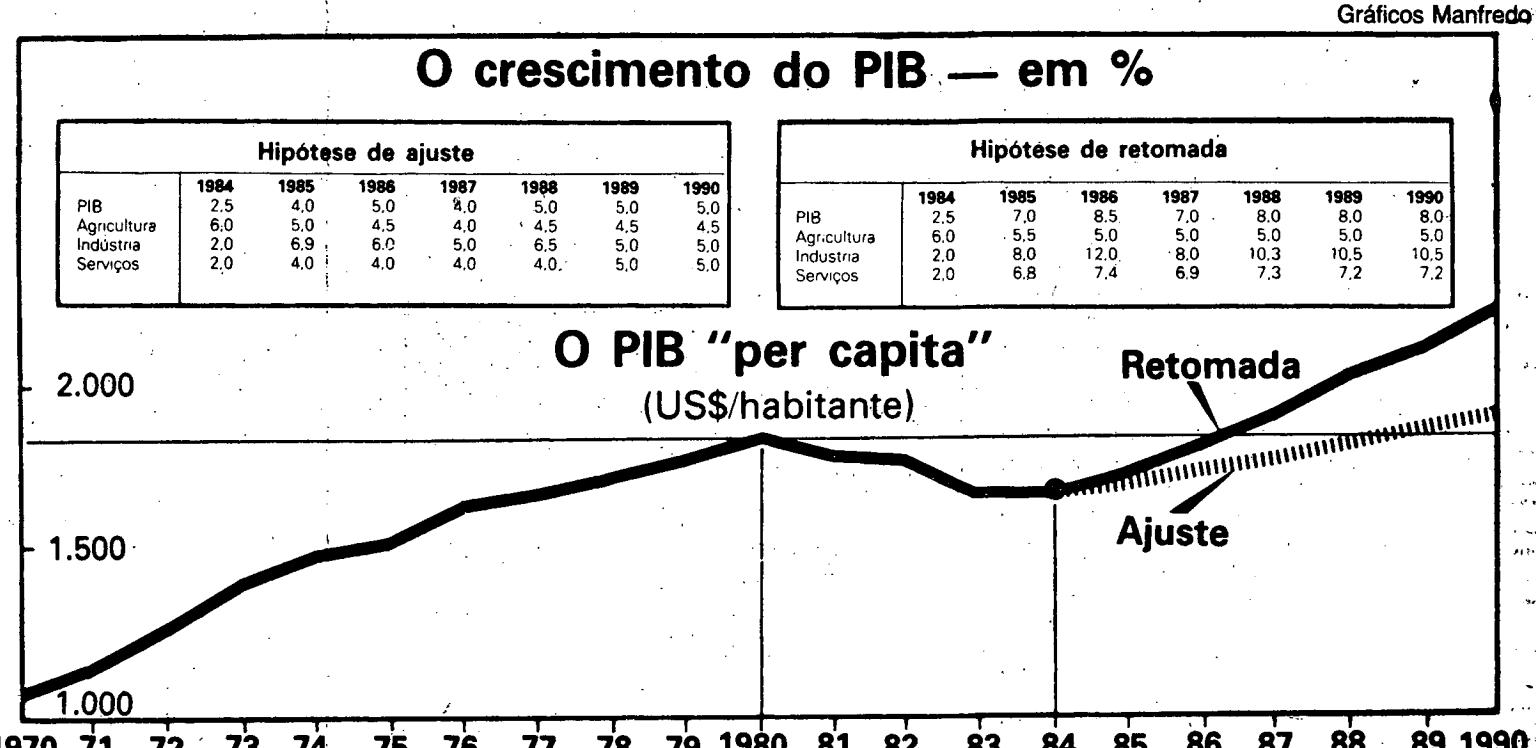
Ao mesmo tempo, o Governo poderá adotar uma política de comércio exterior mais flexível, mantendo o crescimento das exportações na média de 5,2% ao ano no período entre 85 e 1990 e permitindo maior flexibilidade nas importações, já que se espera a continuidade de um "cenário internacional" favorável: foi projetado um crescimento médio de 3% ao ano da economia mundial e de 4% ao ano do comércio internacional.

Quanto ao desempenho da economia interna, o documento analisa que, se houver manutenção do crescimento das exportações, uma reativação do investimento privado e algum investimento público, o PIB poderá crescer a uma média de 4,5% ao ano até 1990. Com esse crescimento, entretanto, o nível do PIB per capita (que representa a renda por habitante) atingido em 1980 só será recuperado em 1989.

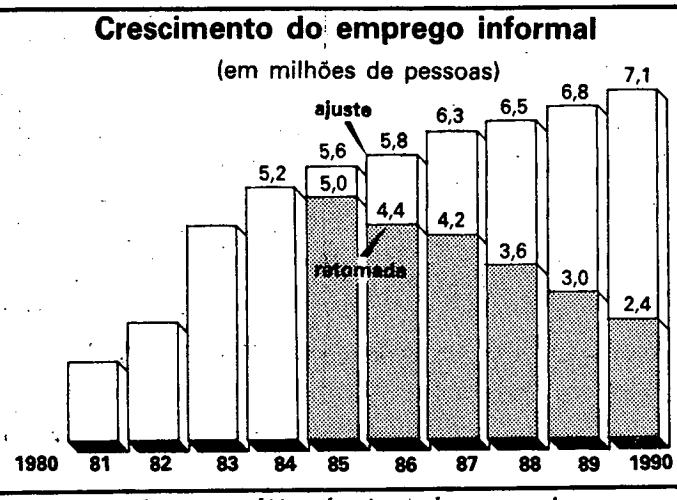
O crescimento da economia vai exigir aumento das importações: do petróleo, principalmente para suprir o consumo de óleo diesel, no transporte de cargas; e de bens de capital e matérias-primas, principalmente nos primeiros anos analisados no documento, para recompor e ampliar os estoques das indústrias.

Ainda com relação à economia interna, essa hipótese prevê que haverá alguma redução na taxa de inflação, embora ela ainda deva manter-se em patamares elevados. E destaca que a manutenção de uma política salarial rígida, a pequena ampliação do mercado de trabalho e a continuidade da redução dos gastos públicos, principalmente na área social, farão com que não haja muita melhoria nas condições de vida.

Quanto à área externa, o documento estima que a dívida brasileira chegará a 90,2 bilhões de dólares em 1990; que o país ainda precisará de 1 bilhão de dólares em novos empréstimos no ano que vem. A partir de 86, o país pagaria os juros da dívida externa (a Libor foi estimada entre 10% e 12% ao ano, no período), sem pedir novos recursos, mas ainda adiará o pagamento das amortizações.



Com uma política de ajuste da economia, o PIB per capita de 1980 só é recuperado em 1989, mas, se a política for de retomada do crescimento, essa recuperação já é obtida entre 1986 e 1987. A queda do PIB per capita foi bem acentuada entre 1980 e 1984.



Na hipótese de uma política de ajuste da economia, o mercado informal de trabalho terá um acréscimo de 7,1 milhões de pessoas até 1990, em relação a 1980. Já na hipótese de retomada do crescimento, o mercado informal é reduzido gradativamente a partir de 84, até concentrar apenas 2,4 milhões de pessoas em 1980, o mesmo nível registrado em 1982

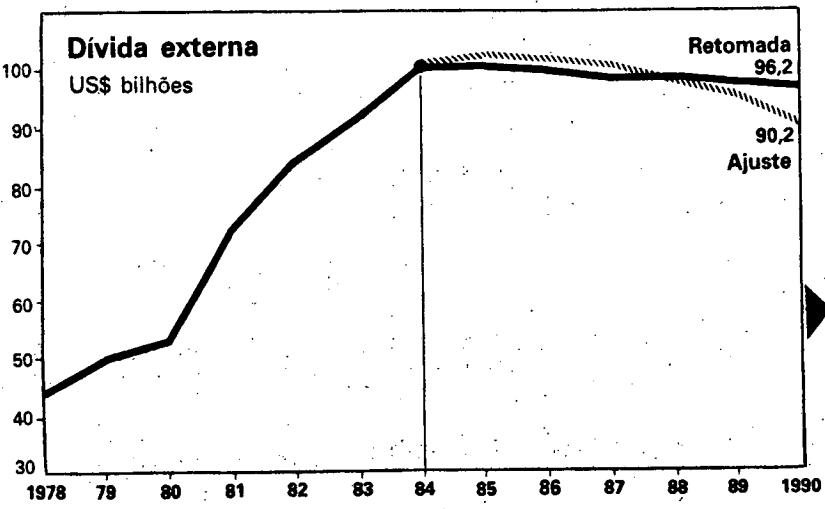
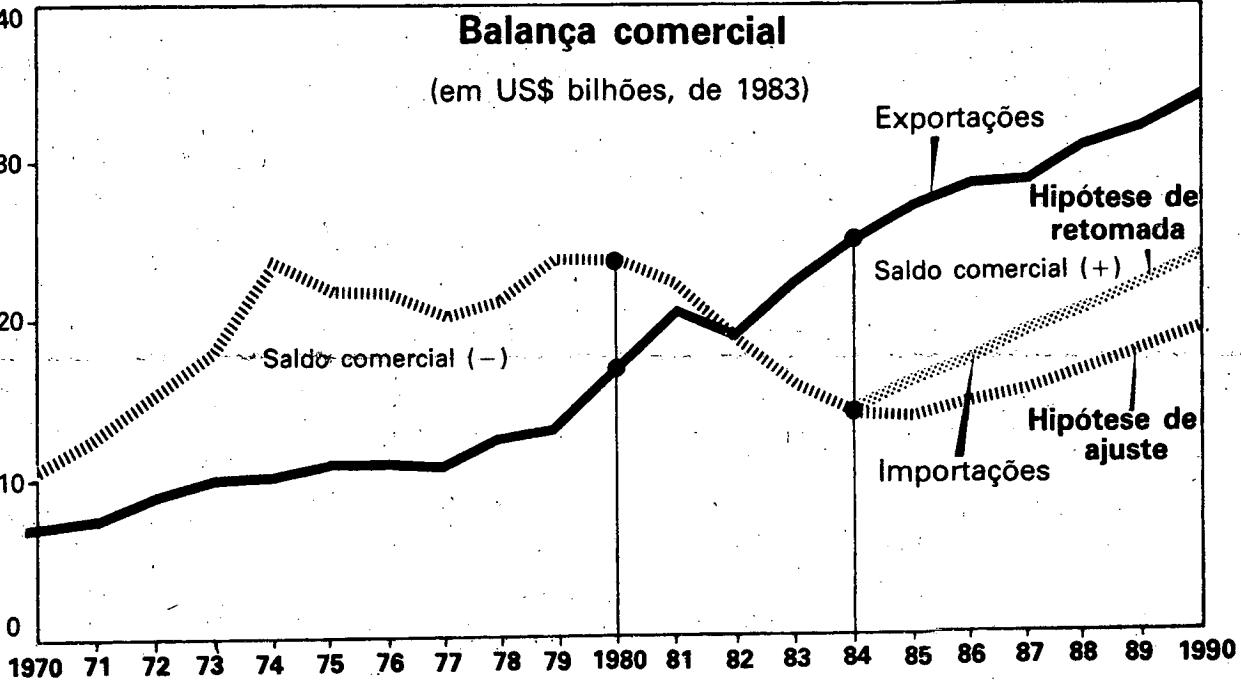
**Balanço de Pagamentos — US\$ bilhões**

	Hipótese de ajuste						
	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990
Saldo Comercial	11,8	15,9	18,0	18,2	19,1	20,4	21,8
Serviços (exclusivo juros pagos)	3,8	4,1	4,7	5,2	5,8	6,6	7,4
Investimento Direto	0,7	0,7	0,7	0,7	1,0	1,4	1,4
Reservas (1)	5,0	5,1	5,8	6,5	7,2	8,2	9,3
Disponível para o serviço da dívida	2,1	13,1	13,9	14,3	15,0	15,6	

**Hipótese de retomada**

	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990
Saldo Comercial	11,8	15,5	17,0	16,7	16,5	16,9	17,7
Serviços, excluídos Juros Pagos	3,1	3,6	4,4	4,9	5,8	6,5	7,5
Investimento Direto	0,7	0,7	0,7	1,0	1,4	2,0	2,0
Reservas (1)	5,0	5,2	6,2	7,0	8,1	9,4	10,7
Disponível para o Serviço da Dívida	2,1	12,4	12,3	12,0	11,0	11,1	10,9

(1) Reservas necessárias para manter 4 meses de importação.



Na hipótese de uma retomada do crescimento econômico o aumento das importações reduz um pouco mas não elimina o superávit comercial esperado. As linhas verticais nos anos de 1980 e 1984 marcam exatamente o período da crise e da necessidade de inversão no desempenho da balança comercial, obrigando o brusco crescimento das exportações e contenção das importações

A adoção de uma política que permita a retomada do crescimento da economia permite menor sacrifício no pagamento da dívida externa no início do período analisado pelo documento do BNDES (84 a 90), mas faz com que o total da dívida seja ligeiramente maior ao final do prazo

## A alternativa da recuperação

Na hipótese mais otimista, prevê-se que os bons resultados da balança comercial brasileira (este ano é esperado um superávit superior a 12 bilhões de dólares) e o agravamento da crise social levarão o Governo a adotar uma política de retomada do crescimento econômico, que voltará aos níveis históricos do país. Além disso, admite que os bancos credores aceitarão uma renegociação plurianual (a longo prazo) da dívida, em condições mais favoráveis, permitindo maior autonomia das decisões de política interna.

Dessa forma, o Governo poderá dar prioridade ao desenvolvimento econômico e social, ampliando os investimentos públicos e incentivando os privados e realizando maior abertura na política monetária e creditícia, além de adotar uma política salarial mais branda, permitindo a recuperação dos salários. A consequência será o crescimento de consumo e da atividade econômica para o mercado interno.

Nessa hipótese, o crescimento do PIB foi projetado na média de 7% ao ano até 1990, o que fará com que o PIB per capita de 1980 seja recuperado antes de 1987. Esse desempenho, segundo o documento do BNDES, será suficiente para absorver parte da mão-de-obra subempregada até agora, melhorando as condições de vida da população, principalmente com o aumento dos gastos sociais do Governo.

A inflação, nessa hipótese, poderá ter uma "considerável redução", diante do crescimento da produção voltada para o mercado interno, conjugada com a redução das taxas de juros, que pode ser esperada após o abrandamento da política monetária e creditícia.

Os técnicos do BNDES lembraram que o crescimento médio de 7% ao ano de PIB até 1990 vai exigir um aumento maior das importações. Mais destacaram a necessidade do Governo adotar uma política industrial e tecnológico e desenvolver um processo de substituição das importações para proteger o parque industrial já instalado.

Poderá assim ser mantido o superávit na balança comercial em níveis superiores a 15 bilhões de dólares.

Com relação à dívida externa, essa hipótese sustenta a maior flexibilidade dos credores e as condições mais favoráveis de renegociação, fixando em apenas 0,5% o spread (taxa de risco) que o país pagaria acima da Libor (taxa de seis meses no mercado do eurodólar). Com isso, o país teria condições de pagar integralmente os juros durante o período, sem necessitar de novos empréstimos.